

TERRITORIO EM DISPUTA NA AMÉRICA LATINA

O projeto IIRSA e a resistência de indígenas, quilombolas e camponeses

TERRITORY DISPUTE IN LATIN AMERICA
The IIRSA project and indigenous, quilombo and
peasant communities resistance.

Ludmila Ferreira Ribeiro*

Resumo

O reordenamento territorial da América Latina, orientado a partir dos recursos naturais existentes, é uma das marcas da IIRSA - Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana, apresentado no ano 2000 em uma reunião presidida pelo Governo Brasileiro e com participação de instituições financeiras internacionais.

Esta iniciativa visa a exploração das reservas de petróleo, de minerais, de água e agropecuárias existentes em territórios até então preservados para atender as demandas do mercado exterior. Ameaça aos povos indígenas, comunidades quilombolas e camponeses de diferentes países e à continuidade da vida como um todo, a IIRSA traz à luz a permanência do processo colonizador e o conflito ontológico existente entre as perspectivas de mundo que se opõe à lógica capitalista.

Reflexões de diferentes autores, que a partir da crítica ao capitalismo reconhecem a contemporaneidade dos povos indígenas, estão reunidas neste artigo que propõe um debate sobre diferentes narrativas de mundo, considerando o conflito entre as propostas inerentes ao projeto IIRSA e a demanda de povos indígenas e comunidades quilombolas e camponeses na América Latina. A relação com a natureza, a terra como base da autonomia e as resistências à colonialidade permanente são os pontos tratados neste artigo que considera também a importância da revisão crítica das disciplinas na abordagem dos problemas sociais desde sempre existentes.

Abstract

The Latin America territorial reorganization, guided by existent natural resources, is one of the IIRSA (Regional Latin American Infrastructure Integration Initiative) main characteristics, presented in a Brazilian Government meeting with international financial institutions in 2000.

This initiative aims the exploration of oil, ores, water and farming reserves that are located in territories preserved until now in response to international market demands.

Threats to indigenous populations, quilombo communities and peasants from different countries and life continuity, IIRSA brings to evidence the permanency of the colonizing process and the ontological conflict that exists among the world's perspectives that differ from the capitalist logic. Reflections from different authors, that from the capitalism criticism recognize the indigenous people contemporaneity, are united in this article that proposes a debate about different world narratives, considering the conflict between the IIRSA proposals and indigenous, quilombo and peasant communities in Latin America. The relationship with the nature, the land as a base of autonomy and the permanent colonization resistances are the main subjects discussed in this article that also consider the importance of a critical review of disciplines when dealing with social problems that have always existed.

Keywords: territory, resistance, coloniality

Palavras-chave: território, resistência, colonialidade.

Territorialidade neoliberal da IIRSA

Fundamentado na lógica de desenvolvimento e integração, “conceptos que poseen toda una larga historia en el pensamiento político, económico y social en América Latina” (BETANCOURT, 2014, p. 445), a IIRSA prevê integração longitudinal (sul a norte) e transversal (leste a oeste – comunicação entre os oceanos Atlântico e Pacífico) do continente sul-americano. Adequação técnica e espacial do território geográfico para extração das riquezas naturais, como petróleo, gás, minerais e para construção de hidrelétricas, implantação de agroindústria, dentre outros megaempreendimentos, a IIRSA envolve cerca de 600 obras distribuídas em 10 eixos que redesenham as fronteiras do continente, reordenam os territórios de acordo com os interesses, subordinando a todos que compartilham este território.

Esta noção de desenvolvimento na qual a IIRSA se baseia e se justifica representa a continuidade de uma lógica hegemônica que se impôs desde a colonização subordinando a natureza e os povos aos interesses do projeto de modernidade capitalista. Uma das “mais fortes ideologias/ utopias enraizadas no século XIX” (RIBEIRO, 1992, p. 24), o desenvolvimento passou a ser inquestionável, no entanto, como eixo de reprodução do capitalismo expressa uma forma de saber e fazer oposta às dinâmicas existentes nas territorialidades de povos indígenas, quilombolas e camponeses (BETANCOURT, 2014). Alteram-se os adjetivos relacionados ao desenvolvimento: “industrial, capitalista, socialista, para dentro, para fora, comunitário, desigual e combinado, dependente e, no presente, auto-sustentado ou simplesmente sustentável” (RIBEIRO, 1992, p. 23), mas segue sendo discurso e prática predominantes que omitem o real objetivo: acumulação de poder e riquezas.

O mesmo ocorre com a perspectiva da integração na IIRSA: se considera a força de trabalho disponível nas regiões mais populosas, assim como as riquezas naturais disponíveis em áreas preservadas como a Amazônia, dentre outras. Esta rede de infraestrutura está planejada de forma que as riquezas exploradas no centro do continente sejam agilmente transportadas por meio de estradas ou rios para as costas do Atlântico e do Pacífico, para seguirem até os mercados europeus, asiáticos e estadunidense.

A consolidação do capitalismo que se deu a partir da transformação da terra, do trabalho e do dinheiro em mercadoria trouxe como consequência a quebra de vínculos ancestrais e de relações fundamentadas em princípios de reciprocidade, redistribuição e domesticidade (POLANYI, 2000). A relação com a natureza desde então se transformou profundamente e segue sendo exclusivamente mercantil:

Hacer fluir el corazón de las selvas o las profundidades de las minas hacia los centros industriales y, a la inversa, llevar el espíritu industrial y competitivo hasta el centro de las selvas y minas. Agilizar los desplazamientos diversificando sus medios: ferrocarriles, autopistas, ríos, canales y cables de fibra óptica. Transformar el territorio. Adecuarlo a las nuevas mercancías, a las nuevas tecnologías y los nuevos negocios. Cuadricularlo, ordenarlo, hacerlo funcional y... productivo. Ese es el modo capitalista de entender la naturaleza y relacionarse con ella (Ceceña, Aguilar y Motto, 2007, p. 10).

O referente do desenvolvimento impôs uma hierarquia baseada no capital, no conhecimento e na tecnologia que atendiam um ideal urbano ao qual todos deveriam seguir (PORTO-GONÇALVES, 2014) e a América Latina que tinha sido fonte de recursos naturais, mas também de tecnologia de mineração, de cultivo e produção de cana-de-açúcar, por exemplo, passou a ser considerada sub-desenvolvida. No entanto, como nos lembra

Porto-Gonçalves e outros autores como Fernando Coronil, é preciso considerar que a Europa não foi protagonista neste processo de constituição o sistema-mundo: “La conquista de Abya Yala/América proporcionó a Europa las condiciones de posibilidad para que se convierta en el centro geopolítico, geocultural y geoeconómico del mundo” (PORTO-GONÇALVES, 2014).

Porto-Gonçalves entende o desenvolvimento como uma terceira colonialidade, sendo a primeira a dominação ibérica fundamentada na noção de fé; a segunda, partindo da Europa Norte-Occidental, se afirmou a partir da fé na ciência; e agora a crença é neste ideal desenvolvimentista que mantém a perspectiva ocidental como referencia a ser alcançada. Para que haja desenvolvimento, no entanto é preciso romper o envolvimento, desterritorializar, inviabilizar modos de vida próprios e vinculados a terra. O desenvolvimento “da tanta importancia al derecho de ir y venir, y no da ninguna atención al derecho de quedarse, al derecho de permanecer que, en el fondo, es el derecho de territorializarse por sí mismo, en su diferencia específica” (PORTO-GONÇALVES, 2014).

A resistência e o entendimento de outras narrativas possíveis de mundo passam, portanto por compreender e fortalecer a demanda dos povos por direito a terra. É o que no campo teórico Arturo Escobar propõe como a retomada do lugar, assim como os autores da crítica ao valor nos sugere rever as categorias que estruturam as relações sociais que são pilares deste sistema:

“Porque la especificidade de la forma de dominación capitalista no es el dominio de classe, ni de 1 contra el 99%, sino una série de categorias que estructuran la vida social: el valor, el trabajo, la mercancía y el dinero, que constituyen las formas sociales de objetividad y subjetividad. De ahí la necesidad de reconceptualizar las relaciones de dominación y las posibilidades de emancipación en el capitalismo actual” (MAISO, 2015, p. 29)

As críticas de Milton Santos se confirmam a cada dia com a perversidade da globalização. Os protestos que denunciam “lucros privados para prejuízos públicos” tem na IIRSA um claro exemplo. Os conflitos ecológicos não podem ser compensados com indenizações financeiras, e sequer podem ser traduzidos em linguagem econômica.

As estratégias geopolíticas em torno da IIRSA são destacadas no livro *Territorialidad de la dominación*, em que os autores apresentam os planos desenvolvidos pelos Estados Unidos como uma ofensiva diante da ameaça do poderio oriental e que têm como foco apropriar-se dos territórios da América Latina, tornando-o funcional de forma a garantir a hegemonia deste país. Diferentes tratados, planos ou projetos, envolvendo comércio, infraestrutura, políticas econômicas, normatividade, comunicações, controle militar são implantados visando garantir a disponibilização da América Latina para os interesses estadunidenses. Uma versão atualizada da Doutrina Monroe que prevê a “América para os Americanos” (Ceceña, Aguilar y Motto, 2007).

Seja por meio dos eixos, ou dos projetos-âncora que interligam outros projetos do entorno, essa rede de infraestrutura ao mesmo tempo em que permite o acesso aos recursos naturais até então intocados, conecta os centros de produção e consumo e também reforça o controle e a vigilância a estes territórios considerados estratégicos. A IIRSA surge no início do ano 2000, juntamente com o Plan Puebla Panamá (PPP) e juntos, estes megaprojetos contemplam todo o território latinoamericano.

Este plano unificado, no entanto, se dispersa em projetos aparentemente desconexos entre os países, o que dificulta as resistências, mesmo sendo ameaça comum ao território de Abya Yala/América. Tratar os projetos globais como programas nacionais é uma forma de desmobilizar e restringir o acesso à informação, o que gera entendimento e conseqüentemente reação organizada dos povos.

No caso do Brasil, protagonista deste processo desde a década de 1990, quando passou a ter uma ação governamental orientada para este objetivo (VERDUM, 2007), as obras estão sendo realizadas por meio do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento. Situando este programa dentro das demandas da IIRSA torna-se mais claro para quem é o crescimento prometido.

Na Bolívia, um dos casos mais conhecidos é o projeto que prevê a abertura de uma estrada que atravessa o Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Secure – TIPNIS. Esta estrada faz parte do eixo Andino da IIRSA, no entanto conecta outros três eixos por isso sua importância estratégica. Mesmo o Estado Plurinacional da Bolívia que promoveu significativas alterações em sua constituição visando o atendimento de demandas indígenas, está servindo aos interesses do mercado internacional. Porém a mobilização da população foi grande e efetiva e após a “VIII Gran Marcha Indígena em Defensa del TIPNIS, los territorios, la dignidad, la vida y los derechos de los pueblos indígenas” que reuniu mais de 500 mil pessoas este projeto foi temporariamente interrompido, havendo nova ofensiva em agosto de 2017. Segundo Betancourt, o contexto político da Bolívia é uma referência para que “la cuestión territorial en torno a los conflictos vinculados a los ejes de integración y desarrollo del IIRSA deban ser contemplados desde nuevos horizontes conceptuales” (BETANCOURT, 2014, p. 450).

O documentário IIRSA La infraestructura de la devastación (Coordinadora Antiirsa, 2016) é um dos principais materiais que esclarecem os objetivos da IIRSA e articula resistências que estão se dando principalmente no Chile, na Colômbia e no Peru. Os mapas abaixo, extraídos do referido documentário, ilustram as mudanças efetuadas no território ao longo dos séculos. Desconhecemos as divisões anteriores à colonização, mas sabemos que os limites eram relativos e definidos/ alterados conforme outras lógicas, tendo como referências

os rios, as cordilheiras, os climas, a natureza regendo as relações espaciais. Identidade-mapa é uma construção imposta. Com as “independências” dos países e suposto fim da colonização, fronteiras dos Estados Nacionais foram impostas desconsiderando existências anteriores. Povos como os Mapuche, por exemplo, foram divididos entre os países da Argentina e Chile e além da perda e fragmentação do território, foram submetidos a legislações internacionais que comprometem suas dinâmicas sociais. O mesmo se passa com os Guarani, divididos pelas fronteiras da Argentina, Brasil, Bolívia, Paraguai e Uruguai.

A mesma estratégia de antes se atualiza agora como se pode confirmar no segundo mapa que ilustra os eixos de exploração previstos para a América Latina. A implantação de toda esta rede de infraestrutura que viabiliza a logística de transporte e saqueio dos recursos é financiada por empresas transnacionais e organizações econômicas internacionais que vão obter todo o lucro. Se fragmenta e desmantela toda uma relação com o lugar e a vida para atender as necessidades do mercado mundial, operador do sistema capitalista que segue se reinventando e mantendo suas colônias:

quem produz, quem comanda, quem disciplina, quem normaliza, quem impõe uma racionalidade às redes é o Mundo. Esse mundo é o do mercado universal e dos governos mundiais. O FMI, o Banco Mundial, o GATT, as organizações internacionais, as Universidades mundiais, as Fundações que estimulam com dinheiro forte a pesquisa, fazem parte do governo mundial, que pretendem implantar, dando fundamento à globalização perversa e aos ataques que hoje se fazem, na prática e na ideologia, ao Estado Territorial. (SANTOS, 2005, p. 256)

O mapa do IIRSA ilustra as áreas de interesse. Os impactos são diretamente aos povos indígenas, quilombolas e comunidades

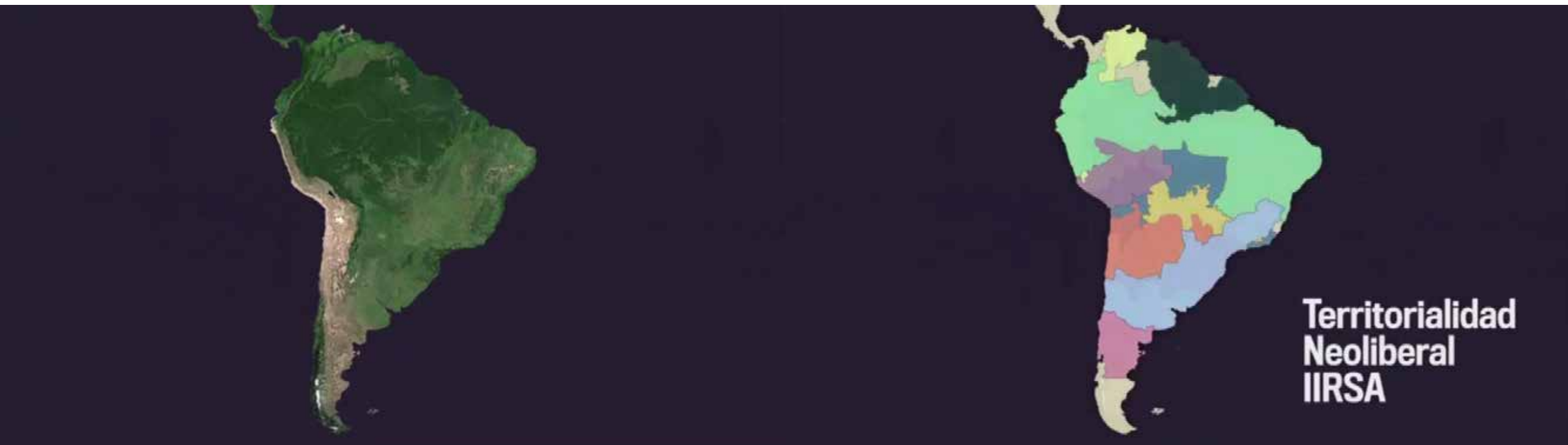
campesinas, que tem seu modo de vida articulado à natureza e por isso a preservam há séculos, visando a continuidade da vida. A promessa de facilidades no transporte, os benefícios do comércio e da geração de emprego e renda é um discurso que esconde a expropriação da terra, a perda de autonomia e de vínculos, sendo historicamente sabido que a expansão do capitalismo “é sinônimo de desrespeito às formas de relacionamentos sociais, econômicos, políticos e culturais das populações nativas” (RIBEIRO, 1992, p. 28)

[Fig. 1] Território sem fronteiras

[Fig. 2] Territorialidade Política Estado-Nação

[Fig. 3] Territorialidade Neoliberal IIRSA

Fonte imagens: documentário “IIRSA La infraestructura de la devastación” (Coordinadora Antiirsa, 2016)



Situar a resistência indígena neste contexto é remontar a séculos de história que desconhecemos. As intervenções humanas na natureza podem ser destrutivas ou construtivas. No livro *Territorialidad de la dominación*, os autores iniciam dizendo como a Amazônia exemplifica uma interação que potencializa a extensão da massa verde onde coexistem milhões de espécies. Um meio ambiente em crescimento potencial, interrompido pela colonização.

Os saberes, o reconhecimento das avançadas formas de organização dos povos e nações existentes no território antes da invasão europeia foram e são historicamente negados. A invisibilização de “formas subalternas de pensar e modalidades locais e regionais de configurar o mundo” (ESCOBAR, 2005, p.2), para imposição da lógica universalizante do capital e do Estado demonstram como o “domínio do espaço sobre o lugar tem operado como um dispositivo epistemológico profundo do eurocentrismo na construção da teoria social” (ESCOBAR, 2005, p.2).

Há um conflito ontológico entre formas diferentes de ver e viver o mundo e conseqüentemente de organização do espaço. Por um lado a perspectiva do espaço para servir a vida com modos de vida organizados em comunidade, o território utilizado de forma comum para produzir alimento. De outro lado, a visão de mundo em que o crescimento econômico pressupõe a absorção de recursos naturais, a natureza como commodities.

La manera como las diferentes sociedades conciben, entienden y escriben la tierra se relaciona con los modos de organización social en sí mismos, con las relaciones de socialidad y de poder que les son propias. Sociedades plurisujéticas, que reconocen la multiplicidad de agentes sociales, tienen un modo de relacionarse con la naturaleza y crear el territorio muy distinto al de sociedades como la capitalista, que tiende a la objetivación para establecer su do-

minio. La objetivación de la naturaleza y el territorio conduce a su racionalización o, en otras palabras, a su apropiación racional (Ceceña, Aguilar y Motto, 2007, p.8)

As lutas dos povos indígenas, quilombolas e camponeses é em defesa da água, do ar, da terra e da vida. Buscando retomar sua autonomia, muitos povos “luchan por validar sus tradiciones ancestrales como rutas viables hacia un futuro libre de opresión” (RIVERA, 2015). Uma luta que conecta todo o território de Abya Yala e que é de interesse de todas as pessoas para além das divisões étnicas ou territoriais.

Re-existir

A revista *Mingako – Por la tierra y la libertad*, do Chile, é uma das principais referências de resistência à IIRSA na América Latina, produzindo conteúdo, ativando redes e pautando a discussão que precisa chegar aos demais países. Juntamente com demais pessoas organizadas, eles produziram o documentário supracitado IIRSA – La infraestructura de la devastación que compila imagens, vídeos e outros documentários que retrataram a verdadeira face da IIRSA. Pelo risco que esta iniciativa representa à vida, torna-se necessário que esta luta seja pauta presente em manifestações artísticas, no ensino fundamental, na academia, nos meios de comunicação, nas ruas. A política visual de contra-informação é um exemplo de forma de resistir e protestar escolhida pela artista visual chilena Jocely Muñoz Baez que produziu o vídeo *Valpop Contravisual* disponível na internet que é um arquivo aberto que revela o contexto e as conexões da IIRSA.

A esta resistência é preciso somar a (re)visão crítica ao capitalismo, à colonialidade que perdura há cinco séculos e bem como à forma como a história é transmitida, sustentando a crença em valores coloniais como o desenvolvimento. Fernand

Braudel, partindo da perspectiva histórica de longa duração, propõe o deslocamento temporal em relação ao surgimento do capitalismo, que se iniciou no século XVI, com as Cruzadas e a chegada às Américas e não com a Revolução Industrial, no século XVIII, como conta a história amplamente difundida (BRAUDEL, 1990). O reconhecimento do papel da América Latina, ou Abya Yala para se considerar este território originário na consolidação do capitalismo coloca em questão também toda a “onipotência” da Europa para erigir um sistema dominante universal.

Inverter o ponto de vista, mirando desde a perspectiva dos povos que lutaram contra a colonização é proposta de pensadores latinoamericanos como a socióloga boliviana Silvia Rivera Cusicanqui; o grupo Modernidade/Colonialidade (M/C) que discute a colonialidade do poder e na perspectiva ambiental, Fernando Coronil ressalta a apropriação da biodiversidade natural como fonte primeira das riquezas que trouxeram poder à Europa, assim como Hector Alimonda, organizador do livro *La Naturaleza Colonizada* questiona a visão da América Latina como espaço subalterno que pode ser explorado à exaustão. Arturo Escobar traz a discussão do lugar e do território. Na dimensão econômica, o reconhecimento da influencia dos saberes locais na constituição do capitalismo é discussão trazida por Amayo e desde Polanyi, no início do século XX, até os críticos do valor, tem sido recorrente na crítica à insustentabilidade do capitalismo o reconhecimento de outras formas de relações econômicas possíveis.

Estas perspectivas críticas nos ajudam a compreender a construção ideológica do metarrelato universal da modernidade e da estrutura do capitalismo que se consolida quando as sociedades perdem o vínculo com a terra.

A implantação da IIRSA dentro deste contexto histórico de exploração representa, portanto uma nova etapa da colonização.

Depois de explorado todo o ouro, prata, diamante, madeiras, as riquezas disponíveis no território mais “acessível” da colônia, o objetivo agora é extrair o que está acima e abaixo do solo de territórios que até então estavam preservados. Seja pela priorização de outras áreas passíveis de exploração ou pelas dificuldades tecnológicas e de acessos são lugares onde se concentram populações indígenas.

hacerle una foto al final del periodo colonial y demostrar que al final de éste, el régimen espacial de dominación de los Estados solo había llegado al 10, al 15% del total del territorio latinoamericano, esto significa que en esa gran extensión hubo -y aún existen- otras temporalidades y otras territorialidades en ese otro espacio geográfico, y que no están contadas por la Historia (BETANCOURT, 2016, p.14).

A revisão das disciplinas e a transdisciplinaridade são reflexões que convergem para o entendimento de que a narrativa da modernidade é uma falácia que precisa ser entendida e criticada; e que outras narrativas existem porque sempre existiram e estão resistindo para não serem extintas.

Propostas de reverter assimetrias (ESCOBAR, 2005), igualar a episteme índia, mantendo a radicalidade da diferença (RIVERA, 2016), reconhecer a permanência de “modos de ser que dominam la gran geografía de América Latina” (BETANCOURT, 2014), são comuns entre os que reconhecem a contemporaneidade dos povos indígenas, quilombolas e camponeses que mantêm práticas e saberes pré-capitalistas dedicadas à reprodução da vida. O passado colonial ainda é presente. O discurso da modernidade, no qual se funda a separação entre natureza e cultura, derivou em uma narrativa que se recria para manter a máquina da exploração em funcionamento há mais de 500 anos. Hoje a palavra é desenvolvimento, ou (des)envolvimento quando se reconhece a perda de vínculos, a quebra de laços que gera a construção de uma hidrelétrica, por exemplo.

Reconhecer que existem outros parâmetros para além do moderno é um exercício possível de se fazer quando analisamos a percepção e as relações que estabelecemos com a natureza.

No Brasil, por exemplo, a disputa pela terra no Mato Grosso do Sul, estado que concentra a maior população Guarani e Kaiowá, é justificada pela demanda de energia, no caso o etanol, para suprir o projeto eternamente expansionista e sua “tecnologia destrutiva”, para utilizar uma expressão de Amayo (AMAYO, 1999, p. 10). No documentário *À Sombra de um delírio verde*, do ano de 2013, são apresentados alguns dados esclarecedores. Há dois séculos os povos indígenas especialmente Guarani e Kaiowá ocupavam oito milhões de hectares no Estado. Hoje o território indígena corresponde a menos de 1%. Os povos foram expulsos para dar lugar à monocultura da cana-de-açúcar, soja, criação de gado. Entrevistado do documentário, Eduardo Corrêa Riedel, Presidente da Federação da Agricultura do Mato Grosso do Sul afirma que em 2012 existem 11 usinas de produção de etanol, ocupando uma área plantada de 170 mil hectares. O projeto que ele apresenta como certo e inquestionável, estando inclusive em andamento, prevê a implantação de mais 40 usinas, sendo destinado 1 milhão de hectares para o cultivo e processamento da cana-de-açúcar. Assim como a exploração do lítio na Bolívia, o etanol também serve de justificativa, pois não se concebe um mundo sem carro e sem toda essa estrutura que se criou baseada em dinâmicas de exploração de recursos naturais não renováveis.

Romper com as categorias pode ser assustador se não se sabe o que colocar no lugar. Um desafio estimulante para os que buscam entrar para história “oficial” pela descoberta do século. Mas talvez não tenha tanto o que inventar. A escuta dessas vozes que continuam contando e transmitindo suas histórias e que só agora começam a ser consideradas no ambiente intelectual tem muito a dizer e é para todas as pessoas.

Para reconhecer o aporte destes povos em relação a outros modos de vida possíveis, Silvia Rivera Cusicanqui nos propõe uma aproximação com a episteme índia que em primeiro lugar nos desafia ao “diálogo con y el reconocimiento de sujetos no humanos” (RIVERA, 2016). Ao nos apresentar a noção aymara de Ch’ixi, a autora nos apresenta uma possibilidade de reconhecimento das referências ancestrais indígenas que possibilitem “el desarrollo de formas dialogales de construcción de conocimientos” (RIVERA, 2010, p. 71). Expressado como “encontro sem sínteses”, pelo antropólogo argentino Salvador Schavelzon (SCHAVELZON, 2016, p. 92), a noção de Ch’ixi se refere, por exemplo, à mistura das cores branco e preto que juntam criam um aspecto de cor cinza, no entanto não se fundem nesta terceira cor criando uma nova unidade homogênea. A autora apresenta esta proposta como uma contraposição à noção de mestiço, que surge como o “tercero incluído”, algo que é e não é. “Lo ch’ixi conjuga el mundo indio con su opuesto, sin mezclarse nunca con él” (RIVERA, 2010, p. 70). O reconhecimento da descendência indígena, européia e africana na formação do ch’ixi pode ser um caminho para nos aproximar das lutas dos povos que ao fim e ao cabo são pela continuidade da vida. Por isso a proposta de sustentar a radicalidade da diferença:

“Es un modo de pensar, de hablar y de percibir que se sustenta en lo múltiple y lo contradictorio, no como un estado transitorio que hay que superar (como en la dialéctica), sino como una fuerza explosiva y contenciosa, que potencia nuestra capacidad de pensamiento y acción”. (RIVERA, 2016)

Considerações finais

A busca por autonomia é um desafio compartilhado por povos indígenas, camponeses, dentre outros, que tem em comum a demanda pela terra. Base do cultivo de alimentação, que por sua vez é sustento básico do corpo, a terra é de onde tudo brota e para onde tudo volta. O nascimento e a morte. É entidade

sagrada para estes povos que mantém o equilíbrio na relação com a natureza garantindo assim a continuidade da vida. Por outro lado é, pela perspectiva capitalista, um recurso natural explorável e rentável. Dissociada das relações humanas, a terra se tornou mercadoria, rompendo com isso uma série de laços e vínculos ancestrais que guardam práticas e dinâmicas organizacionais diferentes, correspondentes, portanto, a outras narrativas de mundo.

Povos de diferentes etnias têm modos de vida marcados pelos territórios que co-habitam, seja o altiplano dos Andes, a Amazônia, o litoral, as serras e vales, os cursos dos rios. Lugares onde se estabelecem relações econômicas, de parentesco, articuladas e tendo a natureza como parte e não dissociada das relações humanas. Outro mapa de distribuição da população existia antes da chegada dos europeus e neste território coexistiam povos que tinham suas próprias dinâmicas, se justapondo em conflitos e contradições, mas com o princípio de garantir a sustentação da vida na relação com a terra.

A relação com a terra muda quando a natureza passa a ser vista como recursos naturais, renováveis ou não, exploráveis. A narrativa da modernidade, criada para fundamentar e servir à manutenção do capitalismo se impõe como a única versão possível e esta perspectiva universal está emaranhada na noção de mundo, na episteme da maior parte da população do planeta. O êxito da conquista colonial se estende há séculos e permanecem os massacres, tentativas de extermínio e de invisibilização dos povos indígenas que tem dinâmicas sociais e organizacionais baseadas em outras narrativas de mundo, pré-capitalistas, milenares. Estes saberes são suprimidos e o completo desconhecimento, assim como a ausência de reflexões que ultrapassam os limites do pensamento moderno fazem como que a crença se torne a única verdade. No entanto, as reflexões e investigações que se comprometem com a superação

deste sistema opressor, levam ao que a história oficial não conta e o que as elites dominantes não querem que exista: outras epistemes.

* [Ludmila Ferreira Ribeiro](#) Mestranda em Integração Contemporânea da América Latina na Universidade de Integração Latino Americana (UNILA) e gestora dos projetos artísticos da Associação Campo das Vertentes.

Ilustração de abertura do artigo
produzida pela bolsista indisciplinar
[Mariana Bubantz](#)

Referências

AMAYO ZEVALLOS, Enrique. *Por uma América Indígena*. Em: Caminhos do Saber Plural. Nº7. 1999.

BETANCOURT, Milson. *Geopolítica de la Integración Suramericana Vía Iirsa: Conflictos y Desafíos en la Amazonía*. Anais do I Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território, 2014. Rio de Janeiro. Porto Alegre: Editora Letra1; Rio de Janeiro: REBRAGEO, 2014, p. 445-457. ISBN 978-85-63800-17-6

----- *Descolonizar nuestras mentes – La ideología moderno-desarrollista bajo la estructura colonial*. Mingako: Por la tierra y la libertad. Ed. 03. P. 12 a 17. Equinócio, 2016

BRAUDEL, Fernand. *História e Ciências Sociais*. Lisboa: Editorial Presença, 1990.

CECEÑA, Ana Esther, AGUILAR, Paula y MOTTO, Carlos. *Territorialidad de la dominación. Integración de la Infraestructura Regional Sudamericana*. 1ª ed. - Buenos Aires / 60 p. Observatorio Latinoamericano de Geopolítica 2007.

ESCOBAR, Arturo. *O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? Em: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro 2005. pp.133-168.

JAPPE, Anselm, MAISO, Jordi, ROJO, José Manuel. *Criticar el valor, Superar el capitalismo*. 2015. Colección: Tangentes. ISBN: 978-84-942708-9-5

POLANYI, Karl. *A Grande Transformação. As origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Compus, 2000.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *La reinvenición de los territorios*. 2014. En: América Latina en movimiento. Disponível em: <http://www.alainet.org/es/active/38112>. Acesso em 24 de fevereiro de 2017.

RIBEIRO, Gustavo Lins. *Ambientalismo e desenvolvimento sustentado. Ideologia e utopia no final do séc. XX*. Ci. Inf., Brasília, 21(1): 23-31, jan./abr. 1992.

RIVERA CUSICANQUI, Silvia. *Sociología de la imagen: ensayos*. 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Tinta Limón, 2015

----- *Entrevista a Silvia Rivera Cusicanqui*. Viernes 16 de septiembre de 2016. Córdoba, Argentina. Muiiraquitã, UFAC, ISSN 2525-5924, v. 4, n. 2, 201

6. Disponível em: <http://revistas.ufac.br/revista/index.php/mui/article/viewFile/1030/646>. Acesso em 24 de fevereiro de 2017.

----- Ch'ixinakax Utxiwa: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010.

SANTOS, Milton. *O Retorno do Território*. En: OSAL: Observatório Social de América Latina. Año 6 no. 16 (jun. 2005-). Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SCHAPELZON, Salvador. *Cosmopolítica y Yuxtaposición en la Propuesta de Estado Plurinacional de Bolivia*. In: Revista Chilena de Antropología 33/1er Semestre 2016.

VERDUM, Ricardo. *Obras de infraestrutura no contexto da integração Sul-Americana*. In: VERDUM, Ricardo (Org.) *Integração, Usinas Hidrelétricas e Impactos Socioambientais*. Brasília: INESC, 2007.

Documentários:

À Sombra de um delírio verde. An Baccaert, Cristiano Navarro, Nicola Um, 2013. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=c2_JXcD97DI. Acesso em 07 de agosto de 2017.

IIRSA La infraestructura de la devastación. Coordinadora Antiirsa, 2016. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=qDw8pHuc4cl>. Acesso em 07 de agosto de 2017.

Valpop Contravisual. Espacio G, 2017. Disponível em <https://vimeo.com/205976736>. Acesso em 07 de agosto de 2017.